

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Lula, o CEO da Petrobras



**Magda Chambriard será a sexta executiva em menos de seis anos a ocupar a presidência da Petrobras, um cargo que Lula, assim como Bolsonaro antes dele, imagina ser seu por direito**

A demissão de Jean Paul Prates da presidência da Petrobras revelou que o verdadeiro CEO da empresa se chama Luiz Inácio Lula da Silva e assim permanecerá até o fim de 2026. Magda Chambriard, indicada para ser a próxima preposta, será apenas a tarefa de Lula em seu plano de financiar a indústria naval, produzir fertilizantes, controlar o preço dos combustíveis, investir em estações e bancar a tresloucada política desenvolvimentista lulopetista da forma que produz maiores dividendos eleitorais.

A bem da verdade, Prates não se inter-

pôs aos anseios do chefe em praticamente nenhum desses quesitos. Mas teve o mérito de tentar privilegiar também os investidores na questão da distribuição de dividendos extraordinários, que Lula tentou reter, sabe-se lá com qual intenção. Além, é claro, de partir para o confronto com o Centrão do ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, ungido por Lula da Silva como um de seus principais assessores, ao lado do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Irritado e em busca de mais poder na estatal – sim, a Petrobras até pode ser uma empresa de economia mista por direito,

mas, de fato, continua controlada pelo Estado –, Silveira reclamou da morosidade de Prates no financiamento da agenda do governo e venceu a disputa por poder que se arrastou por mais de um ano. A mensagem de Prates em um grupo de WhatsApp, providencialmente vazada, não deixa dúvidas sobre o caráter político da decisão: “Minha missão foi precocemente abreviada na presença regozijada de Alexandre Silveira e Rui Costa”.

Lula da Silva quer avançar sobre a Petrobras desde o início de seu terceiro mandato, derrubando importantes obstáculos erguidos justamente para reduzir a ingerência política na empresa. Para isso contou com a subserviência de Prates, inclusive para mexer no estatuto e derrubar a política de paridade de preços, que vinculava o preço dos combustíveis às oscilações internacionais. Mas essa mudança talvez não tenha dado o retorno que Lula esperava.

Todos os ingredientes postos na bagunça promovida pelo governo Lula da Silva na condução da Petrobras remetem perigosamente a um enredo de abusos e corrupção conhecido por todos, resumido no escândalo do petróleo: disputa de políticos por cargos e poder de influência, obras superfaturadas, estímulo desnecessário à construção de navios e uso da Petrobras como alavanca de programas sociais do governo.

Nas gestões anteriores do PT, essa mistura de interesses estranhos ao negócio da empresa levou à formação de um cartel de empreiteiras que, entre 2004 e 2012, levou a um prejuízo comprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de R\$ 18 bilhões (valor de 2020, época do estudo). Mas não foi apenas nem principalmente

corrupção que arruinou a Petrobras naquela época, e sim o desvirtuamento de sua administração para fins políticos, eleitorais e ideológicos – que gerou imensos prejuízos ao País, pagos pelo contribuinte. É precisamente esse status que Lula pretende restabelecer.

O demiurgo petista parece determinado a fazer da Petrobras uma poderosa fonte de recursos à margem do Orçamento para custear projetos mirabolantes e comprovadamente fadados ao fracasso – como o que distribuiu contratos vultosos da companhia a 19 estaleiros espalhados pelos País, 5 deles estreantes, que tiveram obras garantidas antes mesmo de existirem.

Magda Chambriard, a escolhida por Lula para chefiar a Petrobras em seu nome, é do ramo. Funcionária de carreira da empresa, é especialista em engenharia do petróleo e foi diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ou seja, currículo tem, mas todos sabem que não foi isso o que pesou em sua escolha, e sim sua suposta disposição para fazer o que Lula mandar.

A julgar pelo que a sra. Chambriard escreveu num artigo na revista *Brasil Energia*, publicado em dezembro do ano passado, Lula ficará feliz. Além de demonstrar entusiasmo pela ideia de reativar estaleiros, a nova executiva diz ali que “a estatal não poderia ter a dimensão atual sem a mão forte de um governo que a fez crescer de tamanho abruptamente” e que se espera que a empresa e o governo “retribuem o esforço da sociedade em seu benefício”, inclusive na luta pela “redução das desigualdades”. Logo se vê que, sob nova direção, o *core business* da Petrobras não será petróleo, e sim demagogia. ●

## O pessimismo dos cientistas climáticos

**Especialistas já não têm grandes esperanças de que mundo cumprirá a meta de temperatura global, o que amplia o desafio de reduzir os danos ambientais para mitigar os desastres naturais**

Alguns dos cientistas climáticos mais renomados do mundo estão clamando por urgência. Para a maioria deles, a meta de 1,5°C para limitar o aquecimento global até 2030, como definido pelos países no Acordo de Paris, poderá ficar inviável ainda nesta década, segundo mostrou um levantamento realizado junto a especialistas que integram o Painel Intergovernamental da ONU para Mudança do Clima (IPCC). Realizada pelo jornal britânico *The Guardian*, a consulta aos pesquisadores mostrou que quase 80% deles preveem um aquecimento de pelo menos 2,5°C, enquanto apenas 6% afirmaram que o limite de 1,5°C será cumprido. Tal pessimismo é resultado tanto da trajetória do aquecimento global nas últimas décadas quanto da resposta empreendi-

da pelos governos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Mais de 30 anos após a assinatura da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima – uma recomendação do IPCC que definiu a base para a cooperação internacional sobre as questões relacionadas ao aquecimento global –, e nove anos depois do Acordo de Paris, a insuficiência da resposta parece ser um consenso, ainda que a severidade dos efeitos gere divergências. Acordada em 2015 por mais de 195 países, a meta de limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5°C (comparada com níveis pré-industriais) vem sendo perseguida desde então. Diferentes evidências mostram, no entanto, que há riscos de o mundo ultrapassar esse limiar. É uma discussão que divide a comunidade científica, inclusive sobre qual impacto cada

fração a mais, ou a menos, exercerá sobre o planeta.

É muito mais uma meta política, ainda que ancorada em evidências científicas. Não está escrito nas estrelas, portanto, que descumprir-la resultará no apocalipse. Há quem preveja, para usar uma expressão de um cientista envolvido nos relatórios do IPCC, um futuro “semidistópico”, como fome, conflitos e migração em massa, impulsionados por ondas de calor, incêndios florestais, tempestades e enchentes – como a do Rio Grande do Sul. Mas, no caso, é a política, conjugada com os cálculos e projeções da ciência, que pode fazer a diferença para um futuro com mais ou menos catástrofes naturais, climáticas e ambientais. Os relatórios do IPCC estão no olimpo das análises sobre mudanças climáticas. Em geral são avaliações aprovadas pelos governos. E, como descreveu o *Guardian*, suas evidências demonstram que muitas das pessoas mais bem informadas do planeta esperam o caos climático.

Um relatório de 2022 mostrou, por exemplo, que diante de um aquecimento de 1,5°C, cerca de 350 milhões de pessoas estarão expostas à escassez de água devido a secas severas. Com 2°C, esse número sobe – e outros milhões estarão expostos a ondas de calor extremas. Aumento das chuvas torrenciais e furacões, redução do gelo e clima desértico em alguns países são algumas das proje-

ções realizadas pelos cientistas. O melhor é não pagar para ver: cada fração de grau evitada na temperatura global pode reduzir o nível dos problemas no futuro.

Esse é um desafio gigantesco para a ciência, para os governos e, sobretudo, para as finanças globais. Com as projeções atuais, o financiamento climático global precisará ampliar para cerca de US\$ 9 trilhões por ano até 2030, acima do quase US\$ 1,3 trilhão em 2021-2022, de acordo com um relatório do Climate Policy Initiative. Não se trata de um número aleatório: são cálculos realizados a partir das mudanças que o novo clima exigirá. Para citar um exemplo, a International Renewable Energy Agency (Agência Internacional de Energias Renováveis) estima a necessidade de gerar anualmente, até 2030, 1.000 gigawatts de capacidade de energia renovável. Sem falar na adaptação da infraestrutura das cidades, na maior eficiência em energia de edificações e na restauração de ambientais naturais, como a reconstrução das cidades destruídas pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Exatamente por não ser fácil nem barato que metas e acordos políticos – mesmo se não cumpridos – são fundamentais. É uma forma de o mundo ter parâmetros, limites e responsabilidades, de modo a dimensionar fracassos, mensurar avanços e, afinal, saber quem está sendo mais ou menos negligente com a humanidade. ●